

Recensões

Santos, Ana Cristina (2013), *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 240 pp.

Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe constitui um estudo de grande fôlego sobre o associativismo Lésbico, Gay, Bissexual, Transgénero e Queer (LGBTQ) português, sendo que a autora já anteriormente tinha lançado as suas bases em *A lei do desejo. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal* (2005),¹ prosseguindo-o depois na sua tese de doutoramento, que a obra em análise largamente reflete. Não será doravante legítimo, para quem trate do tema, deixar de passar por *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Convém assinalar que esta obra transcende em muito as limitações geralmente inerentes aos trabalhos académicos. E isto não apenas pela sua excelência intrínseca, mas porque vem numa sequência, que é tão biográfica como teórica, absolutamente coerente com toda a pesquisa anterior de Santos – desde *A lei do desejo*, posteriormente prosseguida, até à conceção do projeto “INTIMATE – Cidadania, cuidado e escolha: a micropolítica da intimidade na Europa do sul”, financiado pelo *European Research Council*, cujas bases teóricas se pode depreender que já se encontram, em grande medida, em *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Teoricamente, o ponto de partida da obra encontra-se na intersecção dos estudos sobre os movimentos sociais, os estudos Gay, Lésbicos e Queer (GLQ) e os estudos sobre a cidadania sexual. Paralelamente,

os movimentos e os contextos LGBT de Espanha e de Itália foram sobretudo utilizados como contrapontos mais do que fontes de dados comparativos para o estudo do associativismo LGBT português. Está longe de ser abundante a literatura que o investiga e Ana Cristina Santos é a única autora que o abordou extensamente no seu conjunto e da forma mais minuciosa e aprofundada. Mais, além da “tese-objeto-académico” e acima de tudo, é a única que detém o mérito de ter formulado uma *tese teórica* de fundo sobre ele. Com efeito, após contextualizar o associativismo LGBT português no(s) âmbito(s) mais vasto(s) das mudanças políticas, legais e culturais no próprio país, bem como a nível global, a autora defende que, em Portugal especificamente, o movimento LGBT transcende de algum modo a clássica dicotomia entre assimilação/integracionismo e radicalismo/confrontacionalismo, apresentando características singulares que definem um ativismo sincrético que uma abordagem teórica se tem de obrigar a considerar para o poder compreender cabalmente, evitando os enviesamentos decorrentes da aplicação à realidade nacional de grelhas teóricas formuladas em função de outros contextos históricos: “O ativismo sincrético é uma nova abordagem decorrente do seu uso combinado de estratégias orientadas para fins, que de outro modo poderiam ser vistos como incompatíveis. Aquilo que o impulsiona é um alvo estabelecido,

¹ Santos, Ana Cristina (2005), *A lei do desejo. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento, 203 pp.

de preferência a uma posição ideológica. O fundamento sobre que assenta o ativismo sincrético advém daquilo que os ativistas constroem como objetivos atingíveis, os quais determinam as estratégias empregadas e os ativistas percecionam o sucesso do movimento com base nesses objetivos previamente definidos" (Santos, 2013: 157). Se algum reparo de monta houvesse a fazer, seria algo que inegavelmente afeta toda a atual pesquisa das ciências sociais e humanas sobre o movimento LGBT, e que consiste no facto de elas terem de confiar de algum modo em pressupostos não provados ou análises ainda consideravelmente superficiais ou insuficientes na sua generalidade sobre questões como o verdadeiro sentido e alcance da religião na sociedade portuguesa (e nas próprias pessoas LGBT). Ou da história da perseguição legal da homossexualidade, ou das formas e modalidades da homofobia na sociedade portuguesa e da homofobia internalizada na comunidade LGBT, para dar apenas estes exemplos. Nem por isso a investigação fica comprometida, porém: trabalho para quem o faça e com exigência não inferior à da presente obra. A autora retira duas conclusões de fundo que resultam da exploração teórica respeitante aos movimentos sociais. Primeiro, que o estudo destes requer uma moldura teórica capaz de dar conta da diversidade dos seus atores e estratégias, ao invés de construir os impactos dos movimentos segundo narrativas lineares, o que leva a autora à crítica das explicações sociológicas dominantes quanto à fragilidade

histórica e à ineficácia dos movimentos sociais em Portugal, que, afinal, a academia acaba por falsamente reiterar, na medida em que essencialmente os desvaloriza (p. 176). Segundo, que é imprescindível levar em consideração as contradições e tensões intrínsecas ao próprio associativismo LGBT, as quais, no entanto, acabam por fazer com que o ativismo beneficie com a sua constitutiva conflitualidade, que dinamiza o seu impacto nas esferas política, jurídica e mediática, sem ter de depositar a sua exclusiva confiança numa forçada homogeneidade estratégica e ideológica (p. 177). Ana Cristina Santos, que sempre prestou uma atenção crucial à relação entre a investigação académica e o ativismo político, tem com este livro um contributo incontornável para a esclarecer, sem excessivas complacências tanto para uma como para o outro. É importante destacar o facto de Santos compor o quadro teórico e histórico a partir do qual é possível empreender uma análise extremamente produtiva do processo que levou a que o nosso país tenha sido pioneiro na aprovação de uma lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ainda que o âmbito da obra abranja sobretudo uma época anterior e se refira a esse processo de forma muito breve; e ainda que a lei do casamento tenha vindo a marcar uma alteração histórica radical no quadro de funcionamento do associativismo LGBT em Portugal tal como ele foi estudado pela autora.

António Fernando Cascais

Batista, Vera Malaguti (org.) (2012), *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 317 pp. Tradução de Sérgio Lamarão.

Os ensaios reunidos na obra apresentam uma abordagem da sociologia criminal-punitiva dos mais variados matizes,

fazendo com que a leitura completa possa prescindir da ordem em que os textos foram apresentados. Excetuando-se, é claro,